

Servidor não garante *quorum* no Congresso

As férias coletivas em que foi transformado o recesso de final e início de ano do Congresso não mais se prolongarão até o Carnaval. Pelo menos a convocação extraordinária feita pelo presidente Fernando Collor, solicitando a apreciação de cinco medidas provisórias entre os próximos dias 7 e 31, torna necessária a presença, em plenário, dos parlamentares e, consequentemente, dos funcionários das duas Casas do Legislativo. Mas, assim como muitos parlamentares não estão dispostos a vir garantir o **quorum** das votações, muitos servidores da Câmara e do Senado estão igualmente dispostos a não abrir mão do descanso.

O risco de que a convocação venha a falhar parcialmente, com a ausência de parlamentares e servidores do Congresso é grande, segundo avaliação da maioria dos políticos entrevistados pelo **CORREIO BRAZILIENSE**. Como 63 por cento dos deputados federais da legislatura que agora chega ao fim não foram reeleitos, este é o percentual dos possíveis gazeteiros. A maioria dos 311 deputados que não se reelegeram já entregou seus imóveis funcionais, e está tratando de recomeçar a vida em ou-

tros pontos do País. Pouquíssimos irão permanecer em Brasília e, trazê-los para trabalhar agora, por três semanas, mesmo com a recompensa de Cr\$ 1,7 milhão que cada um ganhará, é um pouco difícil.

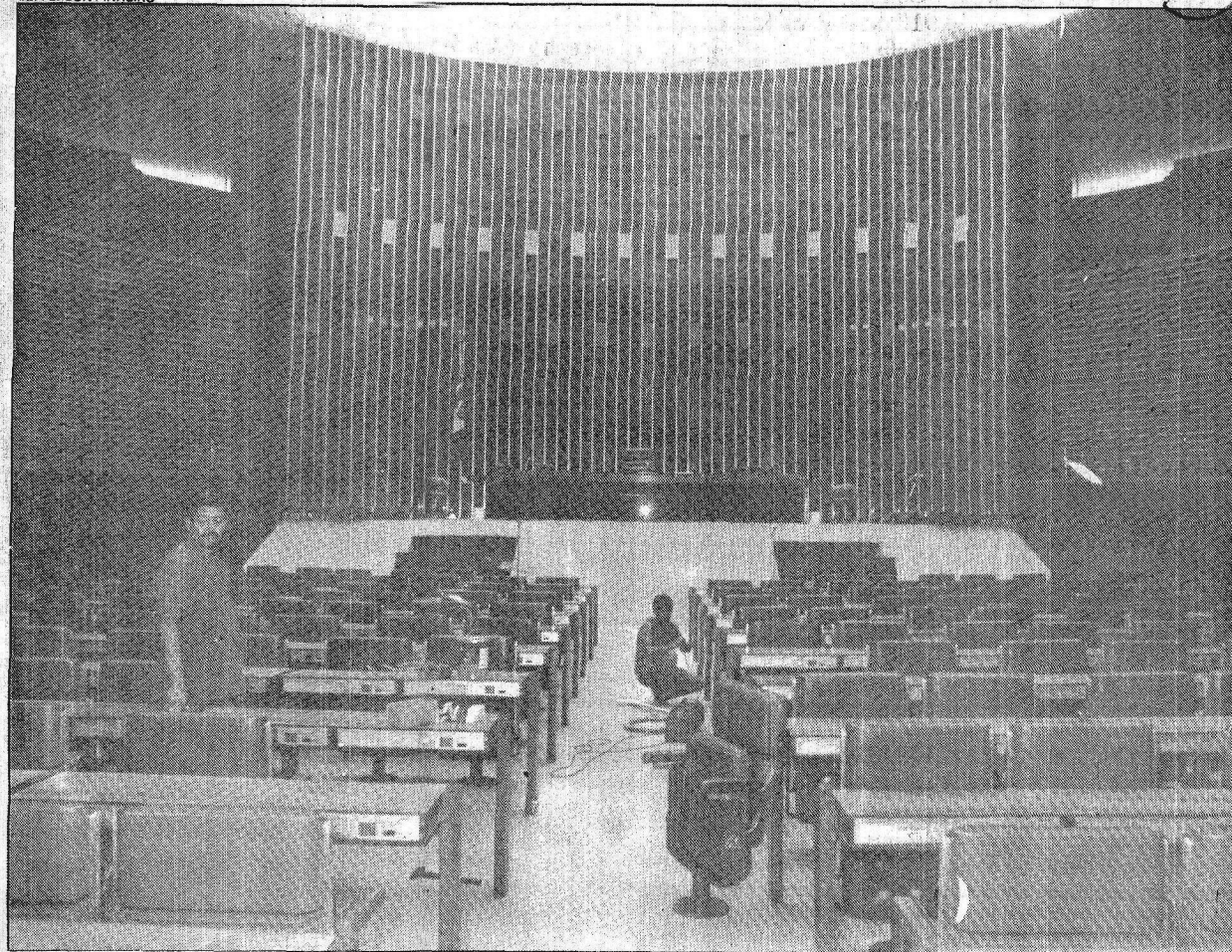
Se acontecer o pior, por força da falta desses parlamentares à convocação extraordinária, o Congresso estará com seu prestígio a descoberto, passível de críticas e até de uma onda de desmoralização. Mas se os funcionários das duas Casas se ausentarem, ainda que parcialmente, fica até impossível, no momento, se imaginar o que a opinião pública irá concluir. Os próprios funcionários mais categorizados da Câmara e do Senado irão analisar a possibilidade na segunda-feira.

Pelos cálculos dos mais pessimistas, 311 deputados federais não têm mais motivação para vir trabalhar na convocação. Os parlamentares da esquerda, principalmente, nada vêem de positivo em vir ao Congresso, uma vez que as medidas provisórias — com as quais discordam — estão em vigência, e, depois, já será outra legislatura, que até poderá vir a aprová-las. Se os não-reeleitos

se ausentarem, as votações das cinco medidas ficarão inviabilizadas, uma vez que estarão em plenário, teoricamente, só 184 deputados — mas as medidas continuarão vigindo até 4 de fevereiro. Se no Senado acontecer o mesmo com os não-reeleitos, existe a possibilidade de o Congresso reunir-se com apenas uns 200 parlamentares, no período extraordinário. Ocorre que, regimentalmente, são necessários, para as votações, 248 deputados e 38 senadores.

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), líder na Câmara, é um dos que encaram com otimismo a convocação. Ele acredita que, com uma escalação de parlamentares para as cinco votações, será possível garantir-se o **quorum** mínimo. Na terça-feira, com início marcado para as 16h, as lideranças estarão se reunindo no Congresso, para um acordo de procedimento. A intenção é dos líderes partidários entenderem-se, para marcar as datas de votação e garantir a presença do número regimental de deputados e senadores. As votações poderão, se houver acordo, ser realizadas numa única semana, em dias alternados.

JEFFERSON PINHEIRO



A convocação extraordinária do Congresso terá que conviver com as obras previstas para o recesso